

POLÍCIA CIVIL Distrito Federal - polícia

Corregedor é acusado de fraude

André Garcia
Da equipe do **Correio**

O Ministério Público do Distrito Federal abriu, ontem, um procedimento de investigação preliminar para apurar denúncias de recebimento de propina feitas contra o corregedor-geral da Polícia Civil do DF, Antônio Siqueira de Lima. O delegado é acusado pelo motorista José Rogério Mendes Moraes de ter recebido dinheiro para facilitar a liberação de carros roubados apreendidos quando era titular da Delegacia de Repressão a Furtos de Veículos, em 1994.

José Rogério, que trabalha para empresas especializadas em recuperação de veículos roubados, prestou ontem depoimento por vontade própria no Núcleo de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público. Durante mais de três horas, ele conversou com a promotora Andrea Cirineo Sacco e acusou o corregedor da Polícia Civil de ter participado de um esquema para agilizar a liberação de veículos roubados em troca de dinheiro e outras vantagens.

Durante o depoimento, o motorista reafirmou denúncias que havia feito contra o delegado em um termo de declaração colhido pela 11ª DP (Núcleo Bandeirante) em 27 de dezembro do ano

passado. No documento, José Rogério contou que soube do suposto esquema envolvendo Arnaldo Siqueira quando fez uma sociedade informal com o delegado aposentado Pedro Batista dos Santos e começou a trabalhar com recuperação de veículos, em meados de 1994.

O motorista afirmou que, naquele ano, ele próprio teve de arranjar dinheiro para pagar um gratificação que teria sido exigida pelo delegado. Segundo José Rogério, Arnaldo Siqueira teria pedido uma maleta de escuta telefônica celular para facilitar a liberação de um veículo. O motorista contou que ele e Pedro Batista dos Santos se juntaram e depositaram R\$ 10 mil na conta de Pedro, na agência do banco Itaú, em Taguatinga Centro. O dinheiro, conta José Rogério, foi usado para comprar a maleta, que, posteriormente, foi entregue a Siqueira.

RETALIAÇÃO

O corregedor da Polícia Civil negou todas as acusações feitas por José Rogério. Ele foi informado na segunda-feira do teor do termo de declaração feito pelo motorista na 11ª DP e, no mesmo dia, enviou carta ao Ministério Público pedindo apuração para as denúncias. "Essa pessoa (José Rogério) deve estar fazendo denúncias porque afastei policiais que passavam infor-

mações para ele", rebateu.

Arnaldo Siqueira disse, ainda, que as denúncias contra ele são uma tentativa de retaliação da delegada Martha Geny Vargas Borraz, que colheu o termo de declaração de José Rogério na 11ª DP. A delegada foi indiciada pela corregedoria por falsidade ideológica em 18 de janeiro passado. Segundo a investigação da corregedoria, o relatório de um

trabalho de busca e apreensão de drogas realizado no Núcleo Bandeirante, assinado por Martha, foi adulterado.

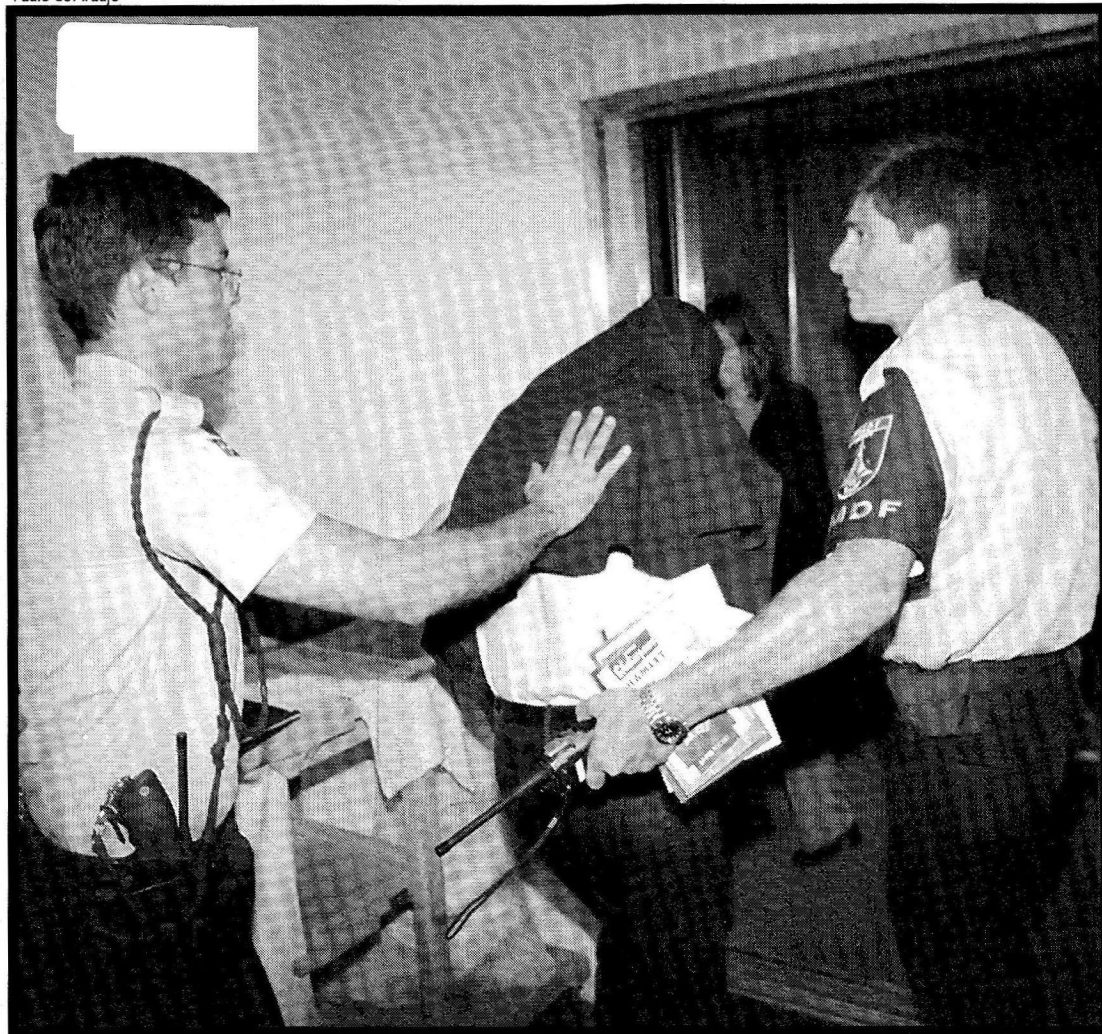
O inquérito será encaminhado à Justiça e Martha pode responder a processo criminal. "É uma tentativa da delegada (Martha) de me tirar da corregedoria porque ela foi indiciada", atacou Siqueira. O **Correio** não conseguiu localizar a delegada para comen-

tar as declarações do corregedor.

O Ministério Público informou que não há prazo para conclusão da investigação sobre as denúncias contra o corregedor da Polícia Civil. A promotora Andrea Cirineo Sacco elogiou a conduta do corregedor. "Não posso adiantar nada agora. Só que o corregedor é um excelente profissional", disse.

■ COLABOROU MATHEUS LEITÃO

Paulo de Araújo



JOSÉ ROGÉRIO DEIXA O MINISTÉRIO PÚBLICO PROTEGIDO POR POLICIAIS: MAIS DE TRÊS HORAS DE DEPOIMENTO